

Estudo de Caso: Implantação de Políticas Públicas da Educação Infantil no Município de Jaqueira-PE

Case Study: Implementing Public Policies of Childhood Education in the Municipality of Jaqueira-PE

Karla Wanessa Carvalho de Almeida^{a*}; Hemmyle Brito de Azevedo^a

^aFaculdade Joaquim Nabuco, Curso de Pós-Graduação em Gestão da Educação, PE, Brasil

*E-mail: wanessadeus@hotmail.com

Resumo

As mudanças exigidas pelas reformas educacionais incidem sob uma visão de Educação nas dimensões políticas, éticas e estéticas, dentro de uma relação de poder democrático. Portanto, este estudo objetiva um panorama histórico do processo de municipalização da Educação infantil, ante as políticas educacionais voltadas para as crianças de zero a 5 anos. Em seu corpo será analisado o município de Jaqueira - PE, na busca pela consonância entre políticas públicas, formação continuada, no oferecimento de uma Educação Infantil de qualidade, pautado na reestruturação de seu sistema de ensino. Para tanto trabalhamos com análise documental, tomando como referência leituras de aportes documentais e legais, igualmente de depoimentos obtidos mediante entrevistas semi-estruturadas.

Palavras-chave: Educação Infantil. Políticas Públicas. Formação Continuada.

Abstract

The changes required by educational reforms focus on a vision for education in the political, ethical and aesthetic within a relationship of democratic power. Therefore, this study aims at a historical overview of the municipalization of Early Childhood Education, compared the educational policies geared for children aged zero to 5 years. In your body will analyze the municipality of Jaqueira - PE, in the quest for harmony between public policies, continuing education, in offering a quality early childhood education, based on the restructuring of its education system. To work with both documentary analysis, taking as reference readings of documentary and legal contributions, also of statements obtained through semi-structured interviews.

Keywords: Early Childhood Education. Public Policy. Continuing Education.

1 Introdução

A institucionalização da Educação no Brasil ocorreu em um contexto de redemocratização após o regime ditatorial no final do século XX, essa grande modificação no cenário social influenciou a construção da sua visão de Educação. Consoante a este momento, a Constituição Brasileira apresenta desde 1988 a competência da União em relação à Educação, sobretudo no artigo 5º em dispositivo descritivo. Nesta perspectiva, a luta pelo processo de municipalização da educação defendida por Anísio Teixeira ganha destaque legal no artigo 211 parágrafo 2º que instiga a responsabilidade do ensino infantil e fundamental aos municípios. Sob, o mesmo ponto conceitual é formulada a Lei 9394/96 (BRASIL, 1996) de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB que prescreve e sistematiza as competências dos órgãos educativos e instituições abrangendo uma postura dialógica de teoria e prática na fundamentação dos aportes organizacionais e estruturais da educação. Todavia, toda essa articulação motriz de empenho nacional enfrentou/enfrenta desafios de implementação e execução visível na incapacidade do cumprimento das diretrizes da LDB em alguns municípios.

A temática organização e funcionamento da Educação Básica, segmento Educação Infantil, como objeto retrativo

sócio-educacional se constitui em um campo pouco explorado em pesquisas científicas. Nesse interim, o presente artigo visa construir um panorama de cunho infantil, mediante um olhar promissor na administração pública aplicada a educação no município de Jaqueira-PE. Objetivando, identificar os fatores que contribuem para reestruturação do sistema educacional do município, especialmente na Educação Infantil, a fim de cumprir o que preconiza a LDB. Logo, a importância do estudo comporta um caráter contingente dos processos pontuados em suas características de ambiente, valores, hábitos, atitudes e relações de poder. Em tal perspectiva, a estruturação organizativa da Educação Básica pode torna-se rico campo de análise para uma possível elevação do grau de qualidade do ensino, considerando a compreensão das interfaces da gestão educacional disposta na dinâmica substantiva que efetua e subsidia a ação pedagógica, bem como a equidade social e a mediação gestão/escola- comunidade poderá referenciar padrões de interações desencadeados no contexto escolar.

2 Desenvolvimento

2 Articulações históricas das políticas educacionais

Os marcos legais que sustentam a Educação Brasileira desdobra-se em período histórico que em seu bojo imbuíram

significativos avanços na qualidade educacional. Portanto, analisando as políticas públicas voltadas para a Educação, buscou-se uma discussão em nível contextual, Monlevade (2002) indica que este curso político-social parte da política imperial de Pedro I com Lei da Educação de 15 de Outubro de 1827, seguido pelo Ato Adicional à Constituição do Império em 1834, que passou os encargos das escolas públicas primárias e secundárias para as Províncias; perpassando à República em 1891 com a política da escola pública, universal e laica. E finalmente chegam a Constituição de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases - LDB de 1996, complementada pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB e demais legislações vigentes.

Percebe-se que toda essa jornada, tem como mentor o Estado e suas construções de políticas públicas educacionais. Política pública quer dizer o “conjunto de intenções e ações com as quais os poderes públicos respondem às necessidades de escolarização dos diversos grupos da sociedade”, (MONLEVADE, 2002, p.42), em suma, é entendido como o “Estado em ação” (GOBERT; MULLER, 1987 *apud* HÖFLING, 2001); implantando projeto de governo, através de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade. Conforme, Azevedo (1997) as políticas públicas são formuladas a partir da dimensão cognitiva quando conexas às propostas inovadoras de conhecimento técnico-científico e representações sociais dos idealizadores da política; dimensão instrumental cuja articulação entre os dados técnicos e os valores políticos proporciona comedimentos aos impasses e a dimensão normativa quando o arrolamento entre as políticas, os valores e as práticas culturais e sociais prevalecentes. Logo, “reflete os conflitos de interesses, os arranjos feitos nas esferas do poder que perpassam as instituições do estado e da sociedade” (HÖFLING, 2001, p. 38).

Neste contexto de definições, concebem-se as políticas educacionais como vasto projeto social dialético, articulado via ações Estatais, que:

Se referem a ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas, em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais visando à diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico (HÖFLING, 2001, p.31).

A vinculação expressa entre política e administração resultou em um sistema de ensino nacional centralizado via paradigmas gerenciais evolutivos de mobilização dinâmica e coletiva. Onde, as políticas educacionais sobrepõem-se a uma gama de metas e planos setoriais ou de programas de governo, pois atua na subjetividade humana que para Lück, (1997) se apresentam nos grupos de interesse, políticos e de educadores que têm se mobilizado na discussão de temas relacionados com a promoção da educação. Assim sendo, o conceito de Educação Básica descrito na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/1996 (BRASIL, 1996), como direito segundo Cury (1998) significa um recorte universalista

próprio de uma cidadania que é declarada em ordenamento jurídico como dever do Estado.

A prática de declarar direitos significa, em primeiro lugar, que não é um fato óbvio para todos os homens que eles são portadores de direitos e, por outro lado, significa que não é um fato óbvio que tais direitos devam ser reconhecidos por todos. A declaração de direitos inscreve os direitos no social e no político, afirma sua origem social e política e se apresenta como objeto que pede o reconhecimento de todos, exigindo o consentimento social e político (CHAUÍ, 1989, p.20).

Por meio desta concepção a nova legislação deu concretude às ideias e proposições dos diversos segmentos, que estavam em discussão desde a década anterior, bem como definiu o posicionamento governamental quanto às novas diretrizes que norteariam a reforma educacional. Definindo a educação básica, como cruzamento de igualdade e equidade, rumo à universalização do ensino fundamental, via municipalização do mesmo. Mudanças, determinadas dentre outras razões pelo neoliberalismo, pela globalização, pela recessão econômica.

Por isso, a educação básica, ou melhor, a educação fundamental ganha centralidade nas políticas educacionais, sobretudo nos países subdesenvolvidos. Elas têm como função primordial desenvolver as novas habilidades cognitivas (inteligência instrumentalizadora) e as competências sociais necessárias a adaptação do indivíduo ao novo paradigma produtivo, além de formar o consumidor competente, exigente, sofisticado (LIBÂNEO, 2005. p.102).

2.2 Quadro cronológica das políticas públicas da educação infantil

As Políticas públicas têm um caráter polissêmico, são um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos, atuando diretamente ou não na vida dos cidadãos, com configuração prolixa a segmento social, cultural, étnico ou econômico. Em Laswell, e suas questões: quem ganha o quê, por que e que diferença faz, têm-se a síntese das políticas públicas. Elas carteam direitos assegurados constitucionalmente erigidos por interfaces de planejamento, execução, monitoramento e avaliação.

No bojo educacional as políticas públicas voltadas para a Educação Infantil, partem das abordagens histórica e sociológica da sociedade europeia. Uma breve análise na literatura vê-se Comenius como o primeiro a reconhecer o valor da infância para o desenvolvimento do homem, seguido de Rosseau (1712-1778) e Pestalozzi (1746-1827) que enfatizam as fases do desenvolvimento com destaque na intuição, o saber, o saber fazer, o poder e o amor. Mas, é Froebel (1782-1852) que coloca a pré-escola como agente de desenvolvimento máximo da criança.

Embasados nestes pressupostos, a partir dos anos 70 o Brasil começa a delinear sua construção de educação para crianças. Nesse período o Brasil vivenciava seu processo de urbanização e as demandas sociais requeriam investimentos no setor educativo de crianças de zero a 6 anos. Originalmente esse atendimento, predominou no assistencialismo, de caráter

compensatório, onde as modalidades de educação eram organizadas para atender a objetivos específicos das camadas sociais. As creches destinavam-se as pessoas com baixo poder aquisitivo e as pré-escolas a classe média.

Quanto ao recorte temporal, de formalização legal desse atendimento, compilaram-se os aportes históricos legais mais relevantes que nortearam o desenvolvimento da Educação Infantil no Brasil.

Quadro 1: Histórico legal da Educação Infantil

1975	1981	1988	1990	1994
Criação da Coordenação de Educação Pré- Escolar	Criação do Programa de Educação Pré-Escolar	Constituição Federal de 1988, a educação, torna-se direito do cidadão e dever do Estado.	Criação do Estatuto da Criança e do Adolescente	Encontros e seminários de esferas estaduais e municipais relativas à definição de políticas para a Educação Infantil.
1996	1997	1998	1999	2000
Aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional	Produção do documento: Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças	Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil	Programa de Alimentação Escolar Lei nº 11.947, de 16/06/2009 Criação do “Prêmio Qualidade na Educação Infantil”.	O Parecer CNE/ CEB nº 9 de 16/02, regula sobre a autorização, credenciamento e supervisão da Educação Infantil. Lei de Responsabilidade Fiscal LRF – Lei complementar nº 101, 05 de maio.
2001	2002	2003	2004	2005
Lei 10.172, de 9/01- PNE Elaboração do Plano Estadual ou Municipal de Educação.	O Parecer nº 2 de 29/01, nº 32 do 05/08 e nº 39 de 06/11 preconizam sobre a formação dos profissionais da Educação Infantil e o reconhecimento de escolas de Ensino Fundamental e Educação Infantil.	O Parecer nº 2 de 19 de fevereiro e nº 26 de 29 de setembro aborda o recreio como atividade escolar	Criação do Programa “Família Brasileira Fortalecida”, em parceria com a UNICEF. Elaboração do documento de Política Nacional de Educação Infantil	Criação do PROINFANTIL em nível de Formação Inicial para Professores em Exercício na Educação Infantil
2006	2007	2009	2010	2012
O Ensino Fundamental passa ter nove anos. Parâmetros Nacionais de Qualidade e Parâmetros Básicos de infraestrutura para instituições de educação infantil.	Aprovação do Fundeb Lei 11.494 de 20 de junho Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação	Resolução CNE/ CEB nº 5, de 17 de dezembro de 2009, fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.	Diretrizes Operacionais para Matrícula no Ensino Fundamental e na Educação Infantil. Elaborado o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020. Lançamento do Curso de Especialização em Educação Infantil.	Criação do programa PROINFÂNCIA em Reestruturação e Aparelhagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil.

Fonte: Ministério da Educação (BRASIL, 2006).

A partir da leitura dos ordenamentos legais vigentes, percebe-se que os aportes que referenciam o princípio da educação infantil como direito, partem do Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), segue a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/9394 de 1996 (BRASIL, 1996), o Plano Nacional de Educação – PNE (BRASIL, 2006), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2006), chegando ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB.

Neste processo de configuração, as políticas públicas pedagógicas reconstróem ações de impacto realizadas na Educação Infantil no território brasileiro. O paradigma mecânico é deslocado ao sistêmico. A União em consonância com o seu papel de indutor de políticas educacionais e de proponente de diretrizes para a educação dessa modalidade

de ensino, contribui para um processo democrático, desencadeado na conjuntura sociopolítica brasileira. No entanto, “apesar da sua força de persuasão discursiva, foi praticamente nulo seu impacto de fato no sistema educacional” (ROSEMBERG, 1992, p.26).

Constatam-se as necessidades de ajustes periféricos, voltados à diversidade cultural e linguística nas práticas educativas provenientes das políticas públicas. Cabe à escola na contemporaneidade, favorecer a compreensão das múltiplas dimensões das realidades atuais e futuras. Onde a diversidade sociocultural, pluralidade cultural, multiculturalidade referencia novos conceitos, compatíveis com o escopo e modelos educacionais dinâmicos em troca e fluxo de informação. Essa afirmação da identidade e de valores étnicos consolidam aprendizagens, suscitados em uma atmosfera de convenção com as questões locais e com a qualidade da educação.

2.3 Caracterização do Município de Jaqueira, PE

Dados históricos registram que a gênese do município reporta ao ponto de parada na sombra de duas jaqueiras realizada pelo almocaves, que ao transportar cargas em seus animais, a fim de abastecer de alimentos, vestuários, etc., os povoados, vilas e cidades da região do Una (Palmares), sucitou no local um pequeno comércio, com sugimentos de residências no século XIX. Sendo criado o distrito em 17 de dezembro de 1904, com o nome de colônia Isabel, subordinado ao município de Palmas. Em 1911, passa a denominar-se Jaqueira e estava subordinado ao município de Palmares. Em 1933 passa à jurisdição do município de Marraial.

Em 1883 a estação ferroviária em Jaqueira foi inaugurada, integrando a vila ao litoral em Recife, assim a ferrovia passou a ser o principal veículo de abastecimento e escoação da produção de açúcar das usinas da região. O município foi criado em 28 de setembro de 1995 e instalado em 01 de janeiro de 1997, através da Lei Estadual Complementar nº 15/1990, desmembrado do município de Marraial.

O município de Jaqueira está localizado na Zona da Mata Meridional do Estado de Pernambuco, ocupa uma área municipal ocupa. 89 km². A população total residente é de 12.618 habitantes, dados do censo de 2007 do IBGE. Limitando-se a norte com os municípios de Lagoa dos Gatos, Catende e Belém de Maria, a sul com Marraial e São Benedito do Sul, a leste com Catende e a oeste com Lagoa dos Gatos e São Benedito do Sul. Inserida na meso-região da Mata Pernambucana e na micro-região da Mata Meridional de Pernambuco, representada na Folha Topográfica Palmares.

O relevo de Jaqueira faz parte da unidade de superfícies retrabalhadas, áreas com relevo bastante dissecado e vales profundos. Os solos são geralmente férteis nas encostas e pobres nos topos, é formada pelo “mar de morros” que antecede a Chapada da Borborema, com solos pobres e vegetação de floresta subperenifólia. O clima é do tipo As’ da classificação de Köppen, Tropical chuvoso, quente e úmido com chuvas no outono e inverno.

A vegetação nativa predominante é a floresta subperenifólia que compõe a chamada Mata Atlântica, que já se encontra algo desfigurada pelas ações antrópicas. A Monocultura da cana-deaçúcar, predominante na região, gerou um amplo e desordenado desmatamento, com grandes prejuízos ambientais.

3 Estudo de Caso

3.1 Metodologia

A presente pesquisa aderiu às concepções de Gil que definir pesquisa “como o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos” (GIL 1999, p.19). Portanto, neste viés a pesquisa assumiu caráter tipo descritiva - qualitativa, conforme dispõe Andrade (2002) quando a pesquisa descritiva preocupa-se em observar fatos, registrá-los, analisá-los, classificá-los e

interpretá-los, e o pesquisador não interfere neles, assim, “o investigador recorre à observação e à reflexão que faz sobre os problemas que enfrenta, e à experiência passada e atual dos homens na solução destes problemas” (CHIZZOTTI, 1995, p.11). Quanto ao procedimento, é uma investigação de estudo de caso, justificada como “estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir conhecimentos amplos e detalhados do mesmo” (GIL, 1999, p.58).

Visando alcançar os resultados tivemos como foco de estudo a organização da Educação Infantil no Município de Jaqueira – PE. O lócus da pesquisa foi a Secretaria Municipal de Educação de Jaqueira - SMEJ e Instituições que ofertam Educação Infantil, tanto na zona urbana quanto no campo. O Município de Jaqueira iniciou o processo de municipalização da Educação Infantil no ano de 1996, atendendo a população jaquerense com oferta de educação para crianças de 4 a 6 anos. Atualmente na Educação Infantil, o município conta com um quadro composto por 15 unidades escolares, sendo uma creche e 14 núcleos de Educação Infantil vinculado às unidades educativas do Ensino Fundamental. A pesquisa foi realizada mediante procedimentos éticos legais de permissão assinado pela secretaria de educação e demais gestores, tendo como sujeitos de pesquisa a equipe técnico-pedagógica da Secretaria Municipal de Educação de Jaqueira, equipe gestora e professores. Desenvolvida obedecendo a procedimentos e técnicas aplicadas de pesquisa discriminadas abaixo:

- Levantamento Bibliográfico em livros acadêmicos, documentos oficiais e sites de busca;
- Levantamento de informações em documentos oficiais da SMEJ;
- Aplicação de questionário a Secretaria de Educação;
- Entrevista semi-estruturada acerca da organização da secretaria de educação do município de Jaqueira- PE;
- Observação das instituições com modalidade Educação Infantil; e
- Análise dos dados coletados

3.2 Discussão

É notória, que a Educação Infantil é etapa inicial da Educação Básica, devido sua relevância no processo de constituição do sujeito e sustentada por uma base científica cada vez mais ampla e alicerçada em uma diversificada experiência pedagógica. A notabilidade de grandes avanços no âmbito jurídico- legal vêm ocorrendo, especialmente após a Constituição de 1988, no que tange aos direitos da criança. O Estatuto da Criança e do Adolescente, de 1990, a Lei Orgânica da Assistência Social, de 1993, e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996 consagram tais avanços. Essa implementação das políticas públicas abalizando crianças de zero a 5 anos de idade, somente nos últimos anos foi reconhecida como direito da criança, das famílias, e dever do Estado.

Para validar o que preconiza as políticas públicas da Educação no contexto específico da Educação Infantil

no município de Jaqueira - PE, foi analisado o processo de municipalização desta modalidade, via documentação histórica e legal disponível na Secretaria Municipal de Educação, como fator que contribuiu para o desenvolvimento da Educação Infantil do município. Desta forma, com as informações coletadas buscou-se historicizar as ações de afirmação em cumprir os dispositivos legais no oferecimento de uma Educação plena e de qualidade. Os procedimentos metodológicos adotados caracterizam-se pela natureza qualitativa, com base na articulação entre as ações que colaboram para a reelaboração do sistema educacional em Jaqueira PE, conforme preconiza a legislação.

Jaqueira ao se emancipar passa organizar-se para atender sua população, assim a secretaria de Educação começa a exercer suas atividades, buscando vivenciar o dispositivo legal, da colaboração entre Estado e municípios para atender a demanda educacional. A funcionabilidade de seu sistema dá os primeiros passos entre muitos erros e muita vontade de fazer, que contava com grande parte do alunado na zona rural e uma pequena representação urbana.

Neste contexto, apurou-se a escassez de documentos sobre a modalidade infantil, seus espaços físicos e recursos orçamentários, dentro da Secretaria de Educação. Contudo, objetivando delinear com mais propriedade a implantação da Educação Infantil no município, realizou-se entrevistas semiestruturadas com as professoras com mais tempo de serviço no município e que já haviam lecionado no segmento da Educação Infantil. As entrevistas levantaram com propriedade a concepção assistencialista que a creche exercia, visto de início ser mantida pela Secretaria de Assistência Social, só no ano de 2006 a Creche passa a ser administrada pela a Educação. Isso justifica a ausência de registro escrito sobre a modalidade e também retrata o cumprimento da Lei 9.394, de 1996, que tornar a Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica.

Nos primeiros 16 anos do município de Jaqueira os governantes do poder executivo pertenceram a uma mesma família, marcada por uma administração arcaica ligada à política de politicagens e assistencialismo, fatores estes típicos do jogo político vivenciado no Brasil. Essa organização administrativa de governo refletiu na concepção de Educação que o município desenvolveu, durante anos. Na entrevista com as professoras fica evidente a insuficiência no desenvolvimento da Educação Infantil, pois em geral as crianças ficavam na creche recebendo cuidados, sem uma orientação pedagógica. Vê-se o depoimento da professora A:

Trabalhávamos com o cuidado das crianças, não existia acompanhamento pedagógico, pois não tinha aula com objetivos específicos de ensino. Mal tínhamos espaço para as crianças brincarem. Nossa realidade era de desordem e as ações sempre numa perspectiva emergencial.

Essa perda do foco na aprendizagem significativa revela a falta de engajamento, flexibilidade e esforço coletivo do município em ancorar suas práticas em documentos

norteadores de planejamento e na definição de metas coletivas, onde procedimentos, atividades, experiências e ações, compõem as chamadas práticas da rede.

A Pré-escola recebiam as crianças de 5 ou 6 anos, elas eram obrigadas a alfabetizar-se sob um regime tradicionalista, na superficialidade da transmissão de padrões sociais, que teoricamente ofertava benefícios a escolaridade posterior.

No que se refere ao aspecto legal da municipalização da Educação Infantil, Kramer (2006) alerta que tal mudança implica em alguns aspectos: uma reorganização do sistema municipal na regulamentação e elaboração das diretrizes curriculares para a Educação Infantil; uma disposição de recursos físicos, financeiros e garantia de qualificação aos profissionais. É exatamente nesta mudança de eixo que o município fica perdido durante anos, essa mudança na sua estrutura organizacional de educação não se realiza, pois o município não consegue conceber o papel social da criança no exercício da função pedagógica.

Esta dificuldade esteve óbvia na realidade das instituições educativas, quando a contradição entre os regulamentos descritos no papel e a prática pedagógica realizada pelos docentes da Educação Infantil, é vista abertamente. Averiguo-se que os profissionais destinados a essa modalidade de ensino, consistia nas professoras tidas “problemáticas” pela falta de domínio e competência em salas de Ensino Fundamental, muitas em fim de carreira, com aposentadoria a vista ou que apresentavam um trabalho pouco rentável.

Esse mecanismo de seleção causou perdas profundas na ampliação da qualidade das políticas infantis no município, suscitando uma carência de consciência que recaem sobre a falta de Formação Continuada para docentes. Pois compreendo que é a promoção de encontros e estruturação de Formação Continuada, seja com recursos próprios, seja em parcerias, impactará a prática pedagógica realizada em sala, a partir do momento de reflexão e execução de saberes sobre o objeto de ensino. O professor como personagem de sucesso e de desenvolvimento da qualidade na Educação, deve ser possuidor de um perfil que versa pela boa formação, exigindo um conhecimento veiculado à ‘vulnerabilidade’ social das crianças e, por outro lado, reconheça as suas “competências sociopsicológicas que se manifestam desde a mais tenra idade” (DAVID, 1999 *apud* OLIVEIRA-FORMOSINHO, 2002, p. 46).

Um exemplo consistente de sua má contribuição para o sucesso dessa modalidade são as instalações. Geralmente o funcionamento da única creche dava-se em casas alugadas e que não ofereciam infraestrutura adequada, com falta de circulação de ar nas salas, a inexistência de áreas externas ou espaços alternativos para que as crianças realizem-se atividades de movimentação, convivência, brincadeiras e de exploração do ambiente. As salas de aulas destinadas a pré-escola eram sempre as menores e com os problemas já mencionados acima.

Esta situação comporta a ausência de comunicação eminentemente entre políticas públicas e fluxo coordenado da

secretaria municipal de educação e suas escolas. Portanto, o que é preconizado pelo Ministério da Educação - MEC nos Parâmetros Nacionais de Infra- Estrutura para as Instituições de Educação Infantil são:

[...] que as políticas públicas se voltem para a construção e reformas de espaços, num trabalho conjunto entre educadores, arquitetos e engenheiros, a fim de que possa ocorrer o planejamento e a reflexão durante a construção ou reforma desses ambientes (BRASIL, 2006).

Nesse aspecto, concebo na mesma linha conceitual de Kramer (2003), a integração da Educação Infantil no sistema de ensino municipal deve pautar-se além de uma formalidade burocrática. Deve ser uma realidade que propicie o respeito e garanta oportunidade de desenvolvimento das crianças, por meio de ações capazes de abolir a falta de respeito com a qualidade, organização e estruturação da Educação Infantil.

Verificou-se durante toda a pesquisa a inópcia pelo processo sistemático, contínuo e periódico de coesão, para subsidiar as trocas de informações com propósito de converter conteúdos e práticas pedagógicas, nos últimos 16 anos. Nota-se, que mesmo tendo se emancipado, no dia 28 de setembro de 1995, desenvolvendo-se como cidade em pleno vigor da Lei 9.394/1996 (BRASIL, 1996) seu sistema educacional para infância não está em consonância com as normativas e aportes legais.

Os fatores de dificuldades encontrados ao longo da pesquisa apresentam-se em diferentes facetas e abordagens, o que permitiu inferências entre os padrões desconexos do material legal de pesquisa e os pressupostos da realidade observada, assim elementos como: a inexistência de documentos legais da Educação Infantil; falta de uma equipe técnica capacitada nos temas infantis; à necessidade de planejamento de ações; o equivoco de foco; a deficiência nas capacitações e formações; a falta de parcerias e infraestruturas das instituições apresenta a discordância com os postulados da primeira infância, que inibiram a promoção do sucesso no atendimento da Educação Infantil no município de Jaqueira - PE.

Entretanto, atualmente, uma nova a gestão do poder executivo, assumido no ano de 2013, pelo partido dos trabalhadores concede ares de modificação na cidade, a Secretaria Municipal de Jaqueira começa a trilhar novos rumos vista a reestruturação do seu sistema educacional. Pautados nos conceitos teóricos pedagógicos dos últimos anos, A Secretaria de Educação percebe-se que as novas demandas educacionais exigem metodologias inovadoras que admitam uma redefinição de metas no modo de ensinar. E defende que o proceder eficientemente na prática pedagógica é um dos caminhos que garantem o sucesso da educação na contemporaneidade, principalmente embalados pelos novos modos da sociedade tecnológica globalizada.

O discurso da nova gestão se desenha uma reforma educacional engendrada não somente para configurar aspectos documentais, mas, sobretudo, políticos-pedagógicos. O que de fato esta em jogo é a possibilidade concreta de reconstruir

o potencial local com as redefinições neoliberais dos papéis desempenhados pelo Estado, a partir da aprovação da Emenda Constitucional 59, que tornou obrigatória a educação para a faixa etária dos 4 aos 17 anos. Onde os sistemas de educação têm até o ano de 2016 para se adaptar às novas regras.

Dentre os anos de 2003 a 2010 ocorreram grandes mudanças no campo da educação, não apenas semântica na redação da Constituição Federal, mas na de políticas públicas que reconhecem às especificidades da Educação Infantil e de seu público alvo. Assim, a descentralização no processo de municipalização do Ensino Fundamental instrumentaliza a modernização gerencial da gestão pública adotada.

Dentre teorias, conceitos, paradigmas resultantes de centralidades teóricas, o melhor caminho é refletir sobre as práticas para melhorá-las. A compreensão dessas múltiplas dimensões do aprender com o passado para adequar-se no presente está imprimindo uma caracterização peculiar ao princípio de se fazer a Educação no município de Jaqueira. Para isso a nova gestão da Educação Municipal, adotou posturas e ações como:

- Vivência da colaboração entre Estado e municípios para melhoria da Educação Básica, busca firmar parcerias que possibilitem apoio técnico, visto sua gritante necessidade de adequação às normativas legais;
- Está em processo de atualização Leis Orgânicas - LO, quanto à educação;
- Começa a repensar sua estrutura organizacional com foco na melhoria dos serviços por meio da formação dos sujeitos envolvidos na gestão da educação municipal;
- Atualização dos Planos Municipais de Educação - PME;
- Ativação dos Conselhos de Educação;
- Acompanhamento e controle social;
- Foi constituída através do sindicato dos professores uma comissão especial para revisar o Plano de Carreira e Remuneração do Quadro dos Servidores da Educação; e
- Elaboração do organograma, um regimento interno e memória da SEMJ, algo que até não existia, para isso um trabalho coletivo está sendo realizado, com momentos de discussão, debates e socializações.

Em suma o município de Jaqueira tem um árduo trabalho de reestruturar e organizar seu sistema a fim de assegurar de fato a universalização do atendimento nesta modalidade, bem como, efetivar fortes investimentos em infraestrutura, equipamentos, mobiliário, material pedagógico e, especialmente, na formação e qualificação dos profissionais da educação infantil. Porém, estes primeiros passos rumo à reestruturação do sistema educacional, ressaltam esforços coletivos ante a tamanha necessidade de adequação legal e organizacional, contudo, vislumbra-se uma nova história para a Educação Jaquerense.

4 Conclusão

As discussões subsidiadas nesta pesquisa analisaram a Educação Infantil como política pública, e como a

municipalização atuou no seu atendimento, foram evidenciados o município de Jaqueira e sua vontade em reestruturar seu sistema de Educação Infantil. Observou-se ante aos estudos e pesquisa em lócus, que as crianças desta modalidade de ensino ocuparam um espaço tímido nas políticas educacionais desenvolvidas pelo Governo, ressaltados nos atenuantes históricos da Educação Infantil no Brasil. Deturpadas compreensões intrínsecas são observadas na efetivação deste direito, chegando a interferir nas propostas pedagógicas e na atuação dos profissionais deste segmento, bem como em seus espaços físicos. A falta de um compromisso com a população desta faixa etária põe em cheque as colocações paliativas que o município analisado na pesquisa faz na tentativa de justificar as exigências do Ministério da Educação.

Em face de novas postulações da atual política nacional de educação, rearranjos nos papéis das esferas administrativas em relação às suas responsabilidades foram efetuados, destacando a qualidade social de a educação no dever de uma sociedade brasileira justa e inclusiva. Logo, consenso construído via estas políticas infantis compreendendo crianças de zero a 5 anos propõem-se a romper a fragmentação dialética entre ação e reflexão, contribuindo assim para a construção de uma práxis eficaz. Diante deste cenário, é preciso fazer algumas ponderações, diante do sentimento de busca, manifestada pela SMEJ em reestruturar a modalidade da Educação Infantil, mesmo sem conceber um caminho chave para chegar a tal objetivo. Deste modo, o artigo oferece um plano com proposições e providências em nível de melhorar a legibilidade, preservando o sentido original desse direito traduzido em Lei. A fim de fomentar mudanças de maneira tangível, a proposta embasa-se em três eixos: - Estudo da legislação vigente; - Produção de documentos municipais voltados para a Educação Infantil e - Formação continuada.

Em primeiro lugar, a Secretaria Municipal de Educação deve promover entre a comunidade educacional à discussão das legislações voltadas a infância, com finalidade de reorganizar a documentação municipal e construir uma identidade própria em Educação. O Plano Municipal de Educação e as ações do Plano de Ações Articuladas (PAR) são exemplos de constituições originários longe do debate com professores, gestores e pais. Em leituras minuciosas apreende que a pouca documentação que dispõe a Secretaria Municipal de Educação se trata de uma coletânea de recortes vazios, que não chegam a dizer nada com concretude sobre a Educação Infantil.

Em segundo plano, compor uma equipe técnico-pedagógica voltada para os assuntos da Educação Infantil e ações de promoção e qualidade de ensino, com incumbência de elaborar um plano de trabalho para a SMEJ voltado para a Educação Infantil. Dentro desta perspectiva, construir coletivamente Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil a partir do contexto local, como também, elaborar em conjunto com professores material didático-escolar voltado para a educação infantil, sendo um dos primeiros municípios

do país a desenvolver política nessa área. A cargo desta equipe pertencerão os estudos de orientações fundamentais aos professores sobre o fazer pedagógico da Educação Infantil e o desenvolvimento da criança.

Outra ação que SMEJ poderia adotar é a formulação de plano para a formação continuada em serviço, que apesar de a Educação Infantil ter iniciado em 1996, não existe nenhum dado referencial sobre o tema com os profissionais deste segmento educacional. Esta precariedade em empreender a formação continuada é perceptível no decorrer da pesquisa, as formações acontecem em épocas isoladas do calendário por intermédio de atividades eventuais ou episódicas que estão longe de garantir tempo e espaço para a qualificação necessária ao trabalho com as crianças. Outro fato, é que as mesmas nuncam são destinadas a Educação Infantil, geralmente temas indicados aos Anos Iniciais. Um excelente plano de Formação continuada/Formação em serviço aloca estratégias de reestruturação qualitativa, à realização de reuniões de trabalhos coletivos para trocas de experiências e estudos de temas específicos da Educação Infantil, de oficinas, elaboração de projetos didáticos, bem como acompanhamento nas unidades escolares para orientação e apoio aos professores. Em suma, esta equipe atuaria como mola propulsora para o desenvolvimento de documentos municipais próprios da Educação Infantil. Precipualemente esta atmosfera de trabalho coletivo, abre as comportas para uma coletânea documental de registro das atividades na Educação Infantil e que pode dentro de sua estrutura organizacional contar como um evento de mostras. As Construções Pedagógicas Coletivas da Educação Infantil do Município de Jaqueira poderiam ser compostas por confecção de livros infantis, leitura de textos (sarau de poesia, parlandas), apresentações musicais, teatro de fantoches, jogos, palestras e exposição dos trabalhos elaborados pelas crianças e Escolas Municipais de Educação Infantis Urbanas e Rurais.

Ações voltadas para a promoção do aumento de matrículas deste segmento estariam sendo efetuadas a partir do incentivo as famílias a pedirem o benefício do Brasil Carinhoso. Outra medida na qualidade das instalações seria a Construção do Centro de Educação Infantil que contaria com o Proinfância na aparelhagem e reestruturação da Creche existente. Conclui-se, portanto que a qualidade no oferecimento da Educação Infantil reside em prover uma organização em estado gerencial ético-democrático e plural, onde a gestão mapeia harmonicamente as potencialidades pedagógicas do seu entorno e propicie uma educação de qualidade com profissional capacidade, ambiente adequado e materiais/insumos necessários.

Referências

- ANDRADE, M.M. *Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação: noções práticas*. São Paulo: Atlas, 2002.
- AZEVEDO, J.M.L. *A educação como política pública*. Campinas: Autores Associados, 1997.
- BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, Lei n. 8.242, de 12 de outubro de 1991. Estatuto da Criança e do Adolescente. Câmara dos Deputados. 2001. Disponível em: <http://www>.

- desenvolvimentosocial.sp.gov.br/a2sitebox/arquivos/documentos/182.pdf. Acesso em: 18 fev. 2013.
- BRASIL, Lei 8.742 de 7 de dezembro de 1993. Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18742.htm. Acesso em: 18 fev. 2014.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília: MEC, 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Ensino fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de 6 anos de idade. Brasília: MEC, 2006.
- CURY, C.R.J. *A educação infantil como direito. Subsídios para a elaboração de diretrizes e normas para a Educação Infantil*. Brasília: MEC, 1998.
- CHAUÍ, M. Direitos humanos e medo. In: FESTER, A.C.R. (Org.). *Direitos humanos: um debate necessário*. São Paulo: Brasiliense, 1989, p.15-36.
- CHIZZOTTI, A. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. São Paulo: Cortez, 1995.
- GIL, A.C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 1999.
- HÖFLING, E.M. Estado e políticas (pública) sociais. *Cadernos CEDES*, v.2, n.55, p.30-41
- LIBÂNEO, J.C. (Org.). *Educação escolar: políticas, estrutura e organização*. São Paulo: Cortez, 2005.
- LÜCK, H. *O papel do gestor escolar na implantação de políticas educacionais*. Curitiba: [s.e.], 1997.
- KRAMER, S. As crianças de 0 a 6 anos nas políticas educacionais no Brasil: educação infantil e/é fundamental. *Educ. Soc.*, v.27, n.96, p.797-818, 2006.
- KRAMER, S. Direitos da criança e projeto político pedagógico de Educação Infantil. In: BASILIO, L.C.; KRAMER, S. *Infância, educação e direitos humanos*. São Paulo: Cortez, 2003, p.51-82.
- MONLEVADE, J.A. *PME-fazer para acontecer*. Brasília: Idéa, 2002.
- OLIVEIRA-FORMOSINHO, J. O desenvolvimento profissional das educadoras de infância: entre os saberes e os afetos, entre a sala e o mundo. In: OLIVEIRA-FORMOSINHO, J.; KISHIMOTO, T.M. (Org.) *Formação em contexto: uma estratégia de integração*. São Paulo: Pioneira, 2002, p.41-88.
- ROSEMBERG, F. A educação pré-escolar brasileira durante os governos militares. Fundação Carlos Chagas e PUC-SP. *Cad. Pesquisa*, n.82, p.21-30, 1992.